

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012  
(Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.1 Atividades das empresas do grupo**

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2013 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

Em 2013 e 2012, a receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM.

**1.2 Estratégia operacional**

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Para o exercício de 2014 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 60.000.
- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2014 cerca de R\$ 350.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.

- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e consolidar seus débitos, pelos valores efetivamente devidos.
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade, na cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h. 6) É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas financeiras adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a

avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e consequentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros.**

A sua controlada destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a sua controlada se utiliza da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O

reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos. As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Remuneração média mensal em 2013	Controladora		Consolidado	
Instituição	Tipo de aplicação		2013	2012	2013	2012
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	96,0% CDI	3.251	-	7.575	9.378
Banco Bradesco	CDB-DI	20,0% CDI	-	1.000	170	1.705
Banco Itaú	COMPROMISSADA					
	DI	102,4% CDI	1.747	1.627	1.747	1.627
Outros			-	-	6	4
			4.998	2.627	9.498	12.714
- Caixas e bancos						
			140	1.007	1.465	3.921
			5.138	3.634	10.963	16.635

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

## 5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber	353	1.068	19.303	24.656
Serviços executados e não faturados	9.902	1.441	47.852	24.404
	<u>10.255</u>	<u>2.509</u>	<u>67.155</u>	<u>49.060</u>

## 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Estoques de material de construção e peças de manutenção	1.214	-	6.219	3.079
Material de revenda	-	-	7	4.354
	<u>1.214</u>	<u>-</u>	<u>6.226</u>	<u>7.433</u>

## 7. ESTOQUE DE IMÓVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Azevedo & Travassos S.A. (a)	11.670	6.322	11.670	6.322
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda.	-	-	362	731
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.259	1.240
	<u>11.670</u>	<u>6.322</u>	<u>13.291</u>	<u>8.293</u>
Menos - parcela do circulante	-	-	1.621	1.971
Parcelas a longo prazo (b)	<u>11.670</u>	<u>6.322</u>	<u>11.670</u>	<u>6.322</u>

(a) Em 2012 o saldo da conta estoque de imóveis apresentava os lote Elísio e o lote 9.

Em 2013 com a conclusão do desmembramento dos terrenos da companhia em Pirituba na matrícula nº 107.267 do 8º Cartório de Registro de Imóveis foram também transferidos do Ativo Imobilizado para o Realizável a Longo Prazo os terrenos lote 3, 4, 5, 6,7 e 8.

		Controladora	
	<b>M2</b>	2013	2012
LOTE Elisio	22.999	3.742	3.742
LOTE 9	30.937	2.585	2.580
LOTE 3	5.465	698	-
LOTE 4	4.343	555	-
LOTE 5	1.348	138	-
LOTE 6	1.536	136	-
LOTE 7	18.144	2.031	-
LOTE 8	17.207	1.785	-
	<b>101.979</b>	<b>11.670</b>	<b>6.322</b>

Permaneçe no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m2) onde esta localizada a sede da companhia.

- (b) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas pagas antecipadamente	8	3	959	798
Impostos a recuperar (a)	-	646	102	2.039
Caução de aluguel	35	-	650	415
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	386	-
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	238	429
Depósito judicial bloqueado	239	239	239	239
Outras contas a receber	-	-	691	1.078
	<b>282</b>	<b>888</b>	<b>3.265</b>	<b>4.998</b>

- (a) Parte do valor em 2013 de R\$ 102 (R\$ 2.039 em 2012) no consolidado trata-se de créditos de INSS, ICMS, COFINS e PIS.



## 9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A companhia mantém investimentos apenas na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	99,95	99,95	46.464	45.077	1.387	1.476
Total			<u>46.464</u>	<u>45.077</u>	<u>1.387</u>	<u>1.476</u>

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto de 13.865.000 cotas em 2013 e 2012.

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 46.491 (R\$ 45.102 em 2012) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 1.389 (R\$ 1.478 em 2012).

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, mantém investimentos na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	99,95	99,95	837	3.293	43	37
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	99,95	99,95	10	10	-	-
Total			<u>847</u>	<u>3.303</u>	<u>43</u>	<u>37</u>

	No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	828	3.285	43	37
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>838</u>	<u>3.295</u>	<u>43</u>	<u>37</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Operações:				
- Receita bruta de serviços (a)	10.532	10.149	-	-
- Transferência de terreno (b)	-	-	1.050	2.550
- Juros S/ Capital distribuído (c)	-	-	1.995	2.182
- Juros S/ Capital a distribuir (c)	-	-	499	534
- Lucros distribuídos (d)	-	-	1.035	-
- Lucros a distribuir (d)	-	-	1.464	-

(a) Em 2013 e 2012, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.

(b) Em 13 de outubro de 2008 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, um lote de 9.154m<sup>2</sup>, por R\$ 1.500, através de instrumento particular de confissão de dívida com vencimento previsto para 30 de junho de 2013 de R\$ 700 e 30 de setembro de 2013 de R\$ 800 e pago nos respectivos vencimentos.

Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda, um lote de 3.922m<sup>2</sup>, por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2014.

(c) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, conforme proposta da sua diretoria registrou juros sobre o capital próprio em 2013 de R\$ 1.962 (R\$ 2.189 em 2012), valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2013 ficou saldo a pagar de R\$ 499, relativo ao 4º trimestre de 2013.

(d) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, realizou em 30 de setembro de 2013 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) de R\$ 2.499. Parte desse valor R\$ 1.035, foi compensado com pagamentos feitos para a ATE, restando um saldo a pagar de R\$ 1.464.

- Honorários dos administradores e benefícios a funcionários.

A companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações (conforme item 13.3 e 13.4 do formulário de referência).

## 11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Controladora			
		31/12/2013		31/12/2012	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	3.797	(1.261)	2.536	2.130
Máquinas e equipamentos	10	733	(550)	183	256
Outros	10	382	(194)	188	195
		4.912	(2.005)	2.907	2.581
Terrenos		522	-	522	866
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(444)	7.371	12.432
		13.249	(2.449)	10.800	15.879

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		31/12/2013		31/12/2012	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	3.856	(1.298)	2.558	2.154
Máquinas e equipamentos	10	19.160	(9.199)	9.961	8.301
Veículos	10	13.843	(5.125)	8.718	9.093
Outros	10	7.659	(3.739)	3.920	3.530
		44.518	(19.361)	25.157	23.078
Terrenos		522	-	522	866
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(444)	7.371	12.432
		52.855	(19.805)	33.050	36.376

### A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2013
Edifícios e benfeitorias	3.252	545	-	-	3.797
(-) Depreciação Acumulada	(1.122)	(139)	-	-	(1.261)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(477)	(73)	-	-	(550)
Outros	366	16	-	-	382
(-) Depreciação Acumulada	(171)	(22)	-	(1)	(194)
Terrenos	866	-	-	(344)	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	12.818	-	-	(5.003)	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(386)	(58)	-	-	(444)
	15.879	269	-	(5.348)	10.800

### A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2013
Edifícios e benfeitorias	3.311	545	-	-	3.856
(-) Depreciação Acumulada	(1.157)	(141)	-	-	(1.298)
Máquinas e equipamentos	15.321	2.313	(2.470)	3.996	19.160
(-) Depreciação Acumulada	(7.020)	(1.499)	2.321	(3.001)	(9.199)
Veículos	13.334	1.180	(629)	(42)	13.843
(-) Depreciação Acumulada	(4.241)	(1.313)	387	42	(5.125)
Outros	6.805	1.081	(227)	-	7.659
(-) Depreciação Acumulada	(3.275)	(583)	120	(1)	(3.739)
Terrenos	866	-	-	(344)	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	12.818	-	-	(5.003)	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(386)	(58)	-	-	(444)
	36.376	1.525	(498)	(4.353)	33.050

Em 31 de dezembro de 2012 está registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 1.819 referente ativo não circulante mantido para venda. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo é de R\$ 824, sendo a redução R\$ 995 decorrente da efetivação de venda R\$ 135 e da incorporação R\$ 860 nas perfuratrizes de furo direcional.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciable (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

A empresa tem imóveis no valor de R\$ 22.099, que foram avaliados por R\$ 72.639, através de laudo de avaliação feito por empresa especializada em 22 de janeiro de 2014.

#### **Custo Atribuído (deemed cost)**

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

## **12. INTANGÍVEL**

	Taxa anual de amortização %	31/12/2013			Consolidado 31/12/2012
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	2.527	(1.587)	940	836
		<u>2.527</u>	<u>(1.587)</u>	<u>940</u>	<u>836</u>

#### **A mutação do saldo do intangível:**

					Consolidado
	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2013
Softwares	2.113	414	-	-	2.527
(-) Amortização Acumulada	(1.277)	(310)	-	-	(1.587)
	<u>836</u>	<u>104</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>940</u>

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012
. Capital de giro	cdi + 0,30% am	Janeiro de 2014 a Novembro de 2014	6.759	6.857
. Empréstimo Imobiliário (a)	8,30% a.a.	Final obra a Junho de 2015	1.138	6.125
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2014 a Março de 2019	2.535	2.019
. Arrendamento mercantil	1,10% a.m.	Janeiro de 2014 a Agosto de 2018	3.773	4.334
			<u>14.205</u>	<u>19.335</u>
Menos - parcela do circulante			<u>9.890</u>	<u>10.173</u>
Parcela a longo prazo			<u><u>4.315</u></u>	<u><u>9.162</u></u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

- (a) Foi assinado em 24 de junho de 2010 e rerratificação em 09 de agosto de 2011 do contrato particular para construção empreendimento imobiliário denominado Condomínio Quinta do Bosque pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Projeto I Ltda e o Banco do Brasil S.A. Com garantia de hipoteca dos imóveis, fiança de diretor e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

### 14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	1.750	496	6.863	4.209
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>755</u>	<u>3.723</u>
	<u><u>1.750</u></u>	<u><u>496</u></u>	<u><u>7.618</u></u>	<u><u>7.932</u></u>
Longo prazo				
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.252</u>	<u>3.730</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.252</u></u>	<u><u>3.730</u></u>

- (a) Em 04 de setembro de 2009, a controlada ATE, aderiu ao programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09 - Parcelamento Especial

(NOVO REFIS), débitos do cofins e pis e migração de débitos já objeto de Parcelamento da Receita Federal e Parcelamento Especial-PAES INSS, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, para essa nova modalidade. O saldo devedor do NOVO REFIS está sendo amortizado de acordo com a Lei 11.941/09, acrescido de atualização monetária. Em 10 de junho de 2011 foi objeto de consolidação pela Receita Federal.

<u>Composição do parcelamento (Lei 11941)</u>	<u>Ano</u>	<u>31/12/2013</u>
	2.014	755
	2.015	697
	2.016	697
	2.017	697
	2.018	697
	2.019	464
		<u>4.007</u>
Menos -parcela do curto prazo		<u>(755)</u>
Parcelas a longo prazo		<u><u>3.252</u></u>

## 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Conta corrente Consórcio (nota 20.a1)	-	-	-	245
Seguros a pagar	-	-	802	780
Adiantamento de clientes	-	-	25	61
Outras	<u>116</u>	<u>156</u>	<u>322</u>	<u>242</u>
	116	156	1.149	1.328
Menos – parcela do circulante	<u>96</u>	<u>92</u>	<u>1.129</u>	<u>1.019</u>
Parcelas a longo prazo	<u><u>20</u></u>	<u><u>64</u></u>	<u><u>20</u></u>	<u><u>309</u></u>

## 16. PATRIMONIO LIQUIDO

### Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 29 de abril de 2011 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o desdobramento de ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 1/1000 de forma que cada ação passará a ser representada por 1.000 (hum mil) ações.

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.355	5.301	5.019	6.208
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	(51)	(133)
Adições:				
- Provisão não dedutível	-	(447)	(21)	(947)
- Despesas indedutíveis	483	425	600	622
Exclusões:				
- Equivalência	(1.387)	(1.476)	-	-
- Prejuízo Fiscal	(1.036)	(1.140)	(1.036)	(1.140)
Base de cálculo	2.415	2.663	4.511	4.610
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	(796)	(880)	(1.485)	(1.545)
Incentivo fiscal	32	34	67	61
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	(8)	(96)
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	3.957	4.490	3.957	4.490
Imposto de renda e contribuição social - corrente	3.193	3.644	2.531	2.910
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	130	(152)	130	(322)
	3.323	3.492	2.661	2.588

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

## 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e encargos	5.800	4.910	10.415	8.866
Serviços contratados de terceiros	198	299	3.081	3.051
Outros	848	776	2.773	2.404
Total	6.846	5.985	16.269	14.321

## 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8 e 15) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

#### a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de dezembro de 2013, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.229 (R\$ 37.078 em 2012), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.615 (R\$ 18.539 em 2012).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2013 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do consórcio baseado no progresso físico da obra:

	2013		2012	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/13	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/12	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%
Receitas	193.018	96.509	173.538	86.769
Despesas	230.247	115.124	210.616	105.308
Prejuízo do consórcio	<b>(37.229)</b>	<b>(18.615)</b>	<b>(37.078)</b>	<b>(18.539)</b>
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio		<b>19.001</b>		<b>18.294</b>
Saldo da conta corrente Consórcio		<b>386</b>		<b>(245)</b>

#### a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de dezembro de 2013, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 20.091 (R\$



20.910 em 2012), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 8.036 (R\$ 8.364 em 2012).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2013 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do Consórcio baseado no progresso físico da obra:

	2013		2012	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/13	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/12	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%
Receitas	397.845	159.138	397.845	159.138
Despesas	377.754	151.102	376.935	150.774
Lucro do consórcio	<b>20.091</b>	<b>8.036</b>	<b>20.910</b>	<b>8.364</b>
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio		(7.798)		(7.935)
Saldo da conta corrente Consórcio		<b>238</b>		<b>429</b>

## b) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo Circulante	1.230	176	1.230	176
Passivo Não Circulante	43.751	46.251	43.751	46.251
<b>Total</b>	<b>44.981</b>	<b>46.427</b>	<b>44.981</b>	<b>46.427</b>

- A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.
- Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

**c) Precatórios a receber**

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 2013 a Companhia pautada em conduta conservadora resolveu baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER processo nº 203/83, em tramite perante a 4a. Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no valor de R\$ 3.848 após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo. Em 31 de dezembro de 2013 apresenta um saldo de R\$ 1.380.

**d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis**

Em 31 de dezembro de 2013, está provisionado o montante de R\$ 2.000 (R\$ 1.615 em 2012), e no consolidado R\$ 4.000 (R\$ 3.615 em 2012) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

**• Controladora**

Processos					2013
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.561	-	-	1.561	1.561
Possível	95	31	752	878	439
Remota	-	12.385	-	12.385	-
<b>Total</b>	<b>1.656</b>	<b>12.416</b>	<b>752</b>	<b>14.824</b>	<b>2.000</b>

**• Consolidado**

Processos					2013
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.969	-	-	1.969	1.969
Possível	1.937	48	2.077	4.062	2.031
Remota	2.155	13.845	4.304	20.304	-
<b>Total</b>	<b>6.061</b>	<b>13.893</b>	<b>6.381</b>	<b>26.335</b>	<b>4.000</b>

**• Controladora**

Processos					2012
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.595	-	-	1.595	1.595
Possível	40	-	-	40	20
Remota	21	7.197	-	7.218	-
<b>Total</b>	<b>1.656</b>	<b>7.197</b>	<b>-</b>	<b>8.853</b>	<b>1.615</b>

• **Consolidado**

Probabilidade de Perda	Processos				2012
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	2.022	-	-	2.022	2.022
Possível	1.780	15	1.424	3.219	1.593
Remota	3.827	10.488	3.932	18.247	-
<b>Total</b>	<b>7.629</b>	<b>10.503</b>	<b>5.356</b>	<b>23.488</b>	<b>3.615</b>

	Controladora			Consolidado		
	Movimento no			Movimento no		
	2013	exercício	2012	2013	exercício	2012
Trabalhista (a)	1.608	(7)	1.615	2.937	41	2.896
Fiscal	16	16	-	24	17	7
Cível	376	376	-	1.039	327	712
<b>Total</b>	<b>2.000</b>	<b>385</b>	<b>1.615</b>	<b>4.000</b>	<b>385</b>	<b>3.615</b>

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

**e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social**

	<b>TOTAL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
<b>Total do prejuízo fiscal e base negativa</b>		<b>36.673</b>	<b>36.676</b>
<b>CRÉDITOS</b>			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
<b>Total dos créditos</b>	<b>12.469</b>		
Utilizado para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	(283)	(176)	(107)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2009	(81)	(60)	(21)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2010	(260)	(191)	(69)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2011	(257)	(189)	(68)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2012	(388)	(285)	(103)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2013	(353)	(258)	(95)
<b>Total dos valores utilizados</b>	<b>(1.622)</b>		
Utilizado como Imposto Reserva de Reavaliação	(1.890)	(1.390)	(500)
Utilizado como Ativo Fiscal Diferido (a)	(8.957)	(6.619)	(2.338)
<b>Total lançada conta ativo - Créditos Fiscais</b>	<b>(10.847)</b>		
<b>Total do ativo diferido não utilizado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude de a companhia estar, gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 2.400, trazidos a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia revisou a operação desse montante por meio de um estudo técnico de viabilidade, recomendando o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 5.000, trazidos a valor presente, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia procedeu da mesma forma em 31 de dezembro de 2013, apresentando o valor de R\$ 8.957.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

<b>Data base da Compensação</b>	<b><u>Valor Original</u></b>	<b><u>Valor Presente</u></b>
2014	819	780
2015	901	817
2016	991	856
2017	1.090	896
2018	1.199	939
2019 a 2023	<u>8.054</u>	<u>5.411</u>
<b>Total</b>	<b><u>13.054</u></b>	<b><u>9.699</u></b>

#### **f) Cobertura de seguros**

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2013 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

#### **g) Arrendamento Mercantil**

Em 31 de dezembro de 2013 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 3.773 (R\$ 4.334 em 31 de dezembro de 2012), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 5.215(R\$ 5.927 em 2012), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	2.104
2014	2.130	1.857
2015	1.800	1.480
2016	795	486
2017	298	-
2018	192	-
	<u>5.215</u>	<u>5.927</u>

#### **h) Ações Judiciais Ativas**

##### **h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.**

A Companhia (ATSA) pleiteou judicialmente a recuperação dos valores recolhidos a maior, bem como os recolhimentos futuros, estimando-se até 31.12.2013 o benefício patrimonial de R\$ 49.

Com relação à ação proposta pela ATE, estima-se até 31.12.2013 o benefício patrimonial de R\$ 2.798.

#### **h.2) Ação DER/SP**

A ação judicial ajuizada foi julgada improcedente em 1ª instância. Contudo, os advogados que patrocinam o processo acreditam ser possível a reforma da decisão, ante a constatação de que o magistrado desconsiderou toda a instrução processual para negar os pleitos formulados. Foi apresentado Recurso de Apelação contra essa decisão, o que foi provido para anular a sentença, sendo determinado o retorno dos autos a 1ª instância para que seja proferida nova decisão.

O valor pericial do Assistente Técnico apresentado nos autos apurou crédito em favor da ATSA no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

#### **h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS**

A Companhia (ATSA) e a controlada ATE, pleitearam judicialmente, estando, os autos aguardando julgamento no E. TRF da 3ª Região.

#### **h.4) Exclusão valores incluídos REFIS.**

A Companhia (ATSA) pleiteou judicialmente o cancelamento da Dívida Ativa da União, sob n.º 80698042092-18, incluída no REFIS, no montante até 31.12.2013 de R\$ 144.

#### **h.5) Exclusão do ICMS/ISS da base de cálculo do PIS/COFINS Importação.**

A ATE pleiteou judicialmente e o Juiz de 1ª instância concedeu parcialmente a segurança, bem como reconheceu o direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente, estimando-se o benefício patrimonial até 31/12/2013 de R\$ 235.

#### **h.6) Baixa de Precatório Judicial**

A Companhia em 31 de dezembro de 2013 deliberou por baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, no valor de R\$ 3.848, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo.

O relatório relata que, nada obstante a expedição de Ofício Requisitório, em 1999, requisitando o pagamento de valores decorrentes de diferenças de juros e correção monetária em razão de atrasos verificados em pagamento de Precatórios anteriormente expedidos no processo e aplicação de índices de reajustes, o DER não reconhece a existência dessas diferenças a favor da Companhia e, até o momento, não foi proferida decisão sobre a discussão travada nos autos, em que pese toda a argumentação lançada pela Companhia.

Em 2013, o Juízo do feito houve por bem postergar novamente essa deliberação, determinando que se aguardasse a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal, dos efeitos do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4357, que julgou parcialmente inconstitucional alguns dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal e integralmente as disposições do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para somente após decidir pela suficiência, ou não dos valores já pagos pelo DER, ou pela necessidade de eventual repetição.

#### **h.7) Multa 10% - FGTS**

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito.

#### **i) Informações suplementares**

Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013

A Companhia efetuou avaliação das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (MP 627) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013. Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

Com base no texto vigente estima-se que a referida MP não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia acompanha a matéria e sua conversão em Lei para implementar as medidas pertinentes.

\* \* \*